




## **Análise do impacto da Política de Assistência Estudantil na permanência dos(as) estudantes do PROEJA no Instituto Federal do Amapá – Campus Santana**

Analysis of the impact of the Student Assistance Policy on the permanence of PROEJA students at the Federal Institute of Amapá – Campus Santana

**Lília Campos dos Santos**  <https://orcid.org/0000-0003-0379-0119>  
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amapá  
E-mail: [lilia.santos@ifap.edu.br](mailto:lilia.santos@ifap.edu.br)

---

### **Resumo**

Esse artigo teve como principal objetivo analisar o impacto da assistência estudantil na permanência dos(as) estudantes do PROEJA, no Instituto Federal do Amapá. O tipo de pesquisa, quanto ao objetivo, foi uma pesquisa descritiva e quanto ao procedimento técnico, configurou-se em estudo de campo. Os sujeitos da pesquisa foram os(as) estudantes da turma do curso Técnico em Logística, na modalidade PROEJA, na forma integrada, presencial, ingressante no ano de 2016.2. O *locus* da pesquisa foi o Instituto Federal do Amapá, *Campus Santana*. Baseada no método dialético, a pesquisa se configurou como uma pesquisa de campo e teve abordagem qualitativa, utilizando-se também de dados quantitativos. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi a aplicação de questionário de natureza semiestruturada. Dentre os resultados obtidos, verificou-se que em relação aos fatores que contribuem para a permanência os(as) estudantes não trazem a assistência estudantil como fator primordial para permanência. Porém, a esperança da empregabilidade e o desejo de um futuro melhor constituem-se como prioridades para permanência no curso. Percebe-se que os(as) estudantes ainda relacionam a assistência estudantil com ajuda, apoio ou favor, descaracterizando-a da forma de direito conquistado e vinculando-a mais uma vez a benesse do Estado. Ou seja, não se reconhece que garantias como transporte, alimentação, saúde sejam dever do Estado garantir. Assim, este estudo revelou que os programas de assistência estudantil ainda são pontuais e insuficientes para se garantir a permanência e o êxito na Instituição.

**Palavras-chave:** Educação de jovens e adultos. Direitos do educando. Assistência ao educando.

### **Abstract**

This article aimed to analyze the impact of student assistance on the permanence of PROEJA students at the Instituto Federal do Amapá. The type of research, regarding the objective, was descriptive research and regarding the technical procedure, it was configured in a field study. The research subjects were the students of the Logistics Technician course, in the PROEJA level, in an integrated, face-to-face manner, entering the year 2016.2. The locus of the research was the Federal Institute of Amapá, *Campus Santana*. Based on the dialectical method, the research was configured as field research and had a qualitative approach, also using quantitative data. The instrument used for data collection was the application of a semi-structured questionnaire. Among the results obtained, it was found that in relation to the factors that contribute to permanence, students do not bring student assistance as a primary factor for permanence. However, the hope of employability and the desire for a better future are priorities for staying on the course. It is noticed that students still relate student



assistance with help, support, or favor, mischaracterizing it from the form of conquered right and linking it once more to the benefit of the State. In other words, it is not recognized that guarantees such as transport, food, health are the State's duty to guarantee. Thus, this study revealed that student assistance programs are still punctual and insufficient to guarantee permanence and success in the institution.

**Keywords:** Adult Education. Student rights. Student assistance.

## Introdução

Entende-se a educação como uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento do indivíduo, capaz de torná-lo apto para o exercício da cidadania. Ela se constitui como instrumento emancipatório, também vista como meio de inserção no mercado de trabalho e conseqüente mobilidade social. A educação é garantida pela Constituição brasileira como um dos direitos sociais, direito de todos e dever do Estado e da família, a qual será “promovida com a colaboração da sociedade, tendo como finalidade o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, art. 205).

No Brasil, inúmeros são os desafios relacionados à educação. A formatação de programas específicos para educação de jovens e adultos (EJA) está associada às reflexões destes desafios, pois nasce a partir da preocupação com os índices de jovens e adultos não alfabetizados e os impactos que esta realidade trazia para o mercado de trabalho. Atendendo aos interesses, tanto da classe dominante, quanto da classe dominada, inicia-se, na década de 1930, a discussão acerca da EJA, que “ao longo da sua história traz uma raiz assistencialista e compensatória com programas descontinuados” (DEBIASIO, 2010, p. 32).

Regulamentado a partir do Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) busca resgatar e reinserir, no sistema escolar brasileiro, milhões de jovens e adultos possibilitando-lhes acesso à educação e à formação profissional na perspectiva de uma formação integral.

O PROEJA visa proporcionar aos educandos jovens e adultos a possibilidade legal de retornar aos estudos e obter sucesso em sua conclusão, com a promoção de políticas e programas que garantam condições de acesso e permanência, a exemplo dos programas de assistência estudantil. Programas como o PROEJA são importantes para redução da desigualdade social. O fato de haver atraso nos estudos já é um indicador de vulnerabilidade social.

Diante do exposto, faz-se necessária a seguinte indagação: Quais as contribuições que a assistência estudantil promove para a permanência dos(as) estudantes nos estudos? Logo, esta pesquisa buscou investigar como o programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Amapá, Campus Santana impactava na permanência e êxito dos(as) estudantes na educação técnica profissionalizante e se



esta contribui ou não para redução dos índices de retenção e de evasão, a partir da identificação dos desafios enfrentados e suas experiências vividas no processo formativo e a partir daí entender a relevância da assistência estudantil para a superação destes desafios. O objetivo geral do estudo foi analisar o impacto da assistência estudantil na permanência dos(as) estudantes do PROEJA, no Instituto Federal do Amapá, Campus Santana.

Pressupõe-se que a assistência estudantil contribui para a permanência e redução da evasão no ensino. Nestes termos, Silveira (2012, p. 11) afirma que a assistência estudantil deve contribuir para reduzir os efeitos das desigualdades sociais através da criação de mecanismos que viabilizem a permanência de estudantes empobrecidos.

### **Fundamentação Teórica**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu artigo 1º diz que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, logo a educação é um processo formativo que se desenvolve em diversos âmbitos, responsabilidade não só do Estado, mas compromisso da sociedade como um todo” (BRASIL, 1996). Porém, neste trabalho tratou-se da educação formal, aquela que se desenvolve particularmente nas instituições de ensino e pesquisa.

No Brasil, a educação formal se subdivide em Educação Básica e Educação Superior. A Educação Básica é organizada nas seguintes modalidades: Pré-Escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio. O Ensino Médio é a etapa final da Educação Básica, “dentro de seus objetivos está a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores” (BRASIL, 1996, Art. 35, Inciso II). Apesar da preparação para o trabalho ser um dos objetivos claros do Ensino Médio, a lei não traz claramente como esta preparação para o trabalho poderá ser realizada. Afirma somente que, “após atender a formação geral do educando, o Ensino Médio poderá preparar o educando para o exercício de profissões técnicas” (BRASIL, 1996, Seção IV, art. 36), porém não é obrigatória.

O ensino técnico profissionalizante é direcionado para a colocação do indivíduo no mercado de trabalho. De forma geral, a educação técnica profissionalizante se tornou uma forma mais rápida de acesso ao mercado de trabalho e consequente meio de subsistência. Historicamente, o ensino técnico profissionalizante tem sido buscado pelas camadas mais pobres da população: “são os filhos dos trabalhadores e operários que precisam obter uma profissão ainda no nível médio, não podendo adiar este projeto para o nível superior de ensino” (RAMOS, 2007, p. 13).



Sabe-se que no Brasil existe uma parcela considerável da população que não consegue completar os anos de estudos da Educação Básica. Em 2019, havia 11 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade analfabetas, o equivalente a uma taxa de analfabetismo de 6,6% e, 51,2% da população com 25 anos ou mais não haviam concluído o Ensino Médio, ou seja, mais da metade dos adultos, o equivalente a 69,5 milhões de pessoas (IBGE, 2019, p. 2). Os mais atingidos são jovens empobrecidos. Dados como estes reafirmam o quanto é importante consolidar políticas públicas voltadas para este público, como também representam o abandono escolar precoce, pois somente a garantia do acesso ao ensino não garante a permanência. Esta realidade denota a necessidade de programas eficazes que contribuam para a permanência.

Os programas da EJA trazem a possibilidade de retomada dos estudos aos jovens e adultos que, por diversos motivos, os abandonaram na fase adequada (conforme indicado pela legislação). No entanto, “considerando os percursos da EJA ao longo da história brasileira, fica claro que a Educação de Jovens e Adultos, nos níveis fundamental e médio, é marcada pela descontinuidade e por poucas ou insignificantes políticas públicas, sendo, tal modalidade, predominantemente marcada por programas e campanhas de alfabetização” (DEBIASIO, 2010, p. 33-34).

O PROEJA é um programa que representa um avanço para a educação de jovens e adultos, pois inclui o acesso à Educação Profissional em integração à Educação Básica. Para Debiasio (2010, p. 12), esse programa se configura como uma inovação na educação brasileira, tanto por buscar atender uma camada da população já excluída do processo educacional, quanto por buscar a integração entre formação geral e profissional.

No entanto, não basta apenas garantir o acesso deste público, se faz necessário também a garantia da permanência. A não conclusão dos estudos na idade apropriada instituída pelo sistema educacional brasileiro é um indicador de vulnerabilidade socioeconômica. O público da EJA traz este traço de vulnerabilidade social, logo, este fato denota a necessidade de serem pensadas políticas públicas adequadas, que de fato garantam a permanência e a conclusão dos estudos com êxito.

A assistência estudantil aparece como um suporte para esta realidade. Estudos apontam que ela nasce de um intenso debate sobre as possibilidades de promoção da igualdade de oportunidades e diminuição das desigualdades sociais dentro da educação, em especial a superior (KOWALSKI, 2012; SILVEIRA, 2012; CAVALHEIRO, 2013). Neste trabalho, trata-se da assistência estudantil considerando sua regulamentação a partir do Decreto 7.234 de 2010 que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) respaldando toda a discussão sobre a mesma e como esta trouxe contribuições para a permanência e o êxito no ambiente escolar. Houve, ao longo da história da educação no Brasil, outras ações governamentais nesta direção, porém não é o objetivo deste estudo.



Delimitou-se o PNAES, por ser o programa vigente nas Universidades e Institutos Federais na atualidade.

O PNAES está inserido no macro-campo das políticas públicas de educação, nasce primeiro nas Universidades e estende-se aos Institutos Federais, sendo esta política estruturada com a proposta de responder às demandas dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e qualidade de vida. Corroborando com o pensamento de Silveira (2012, p. 11) “a política de assistência estudantil, enquanto política social de direito operacionalizada no âmbito da educação, deve contribuir para reduzir os efeitos das desigualdades sociais através da criação de mecanismos que viabilizem a permanência de estudantes empobrecidos”.

## **Metodologia**

A pesquisa teve uma abordagem qualitativa, utilizando-se também de dados quantitativos. Optou-se pela abordagem qualitativa pois esta trabalha com o universo de significados, que corresponde a um espaço mais profundo das relações, não podendo ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2009, p. 21), porém serão utilizados dados quantitativos para maior elucidação e objetividade dos dados da pesquisa.

O tipo de pesquisa, quanto ao objetivo caracterizou-se por uma pesquisa descritiva e quanto ao procedimento técnico um estudo de campo (GIL, 2008, p. 28). “O trabalho de campo é de fundamental importância, pois permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou a pergunta, mas também estabelecer uma interação com os atores que conformam a realidade” Minayo (2009, p. 61).

O *locus* da pesquisa foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), Campus Santana, localizado na Rodovia Duca Serra, nº 1133, Bairro Fonte Nova, no município de Santana, Estado do Amapá. Para coleta de dados foram utilizados procedimentos de amostragem, pesquisa bibliográfica, dados documentais e entrevistas realizadas por meio de aplicação de questionários de natureza semiestruturada com perguntas abertas e fechadas, cujo o instrumento foi elaborado com base nos estudos realizados por Debiasio (2010, p. 122) e no seu instrumento de coleta de dados.

A população estudada foi composta pelos(as) estudantes da turma do curso Técnico Integrado em Logística, na modalidade EJA, do IFAP, na forma presencial, ingressante no ano de 2016.2, constituída por 25 indivíduos. Os(as) estudantes foram convidados(as) a participar da pesquisa e após o aceite, assinaram um Termo de Consentimento Livre Esclarecido, baseado na Resolução nº 196/96, do Conselho Nacional de saúde, (BRASIL, 2013), mantendo-se o anonimato dos mesmos. Por se tratar de pesquisa com seres humanos, o projeto de pesquisa foi submetido ao



Comitê de Ética em Pesquisa e aprovado sob o registro 71667417.9.0000.0001 através da Plataforma Brasil.

O método de abordagem utilizado foi o dialético, fundamentado no materialismo histórico dialético. Esta teoria é fundamental para a análise de uma realidade social, pois traz os princípios da totalidade, da historicidade e da contradição. Para a teoria materialista histórica-dialética tudo se relaciona. Nenhum fato ou ideia pode ser compreendido isoladamente, cada um dos fenômenos deve ser compreendido a partir de sua ligação indissolúvel com a realidade, integrada por outros fatos ou ideias (GADOTTI, 1989, p. 59-60). Foram elaboradas categorias de análises para a tabulação e interpretação dos dados, bem como, a construção de gráficos visando a demonstração mais objetiva das amostras.

## **Resultados e Discussões**

A amostra foi constituída por 25 estudantes da turma do curso Técnico Integrado em Logística, na modalidade EJA, do IFAP, na forma presencial, ingressante no ano de 2016.2. Foi feita a análise global da turma e aplicados 25 questionários semiestruturados, com 15 perguntas abertas e fechadas. As perguntas foram separadas nas seguintes categorias: I- Caracterização dos(as) estudantes, II- Dados sobre Trabalho, III- Dados sobre escolaridade, IV- Percepção sobre assistência estudantil. Os resultados estão descritos a seguir:

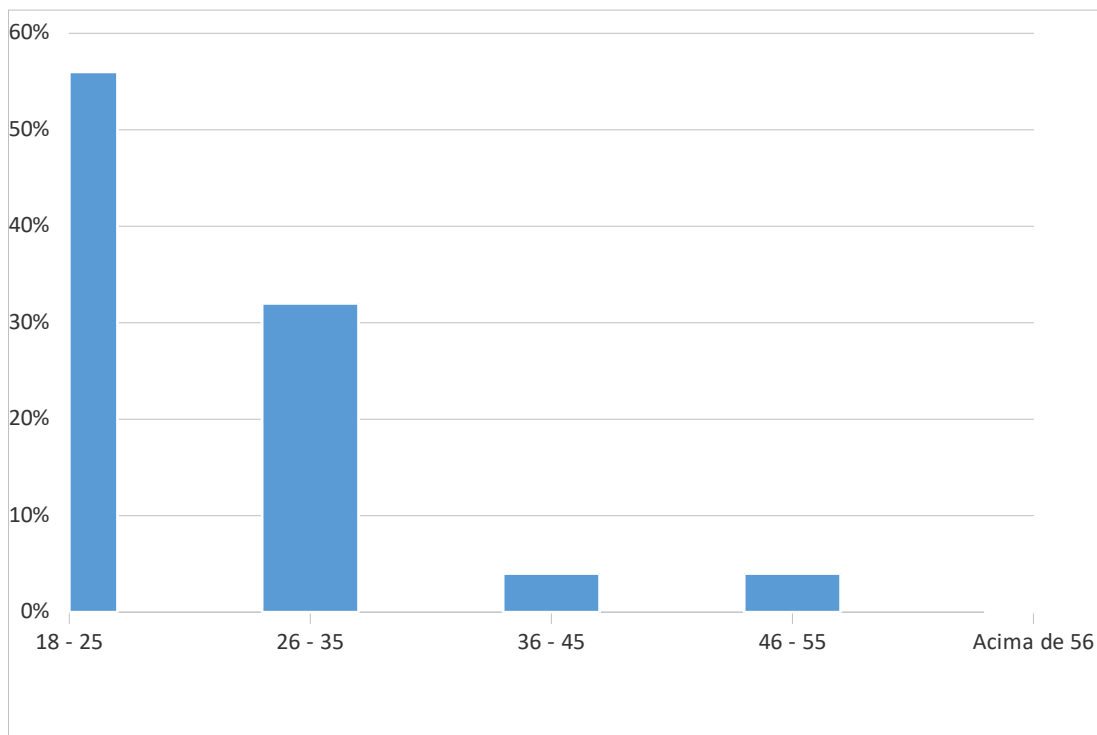
Os(as) estudantes da modalidade PROEJA recebem um auxílio da assistência estudantil, intitulado de auxílio permanência PROEJA, que corresponde a 25% do salário-mínimo, conforme regulamentação da assistência estudantil, no âmbito do IFAP, aprovada através da Resolução nº 31/2019/CONSUP/IFAP. O valor deve ser utilizado para custear as necessidades educacionais como: transporte, alimentação, material-didático, xérox, impressões, acesso à internet, etc.

Analisando-se os dados coletados, a turma é composta por mais da metade dos sujeitos do sexo masculino (64%), enquanto 36% são do sexo feminino. A maior parte dos estudos apontam que o público masculino tem sido predominante ao longo da história da EJA, mas atualmente, têm se identificado cursos da EJA com um público majoritariamente feminino (CRUZ et al, 2021) trazendo uma nova conotação à educação de jovens e adultos, demonstrando tanto o interesse de mulheres regressarem aos estudos, como ingressarem no mercado de trabalho.

Quanto a faixa etária da turma, a maioria são jovens, entre 18 e 25 anos (Figura 1), confirmando os estudos de Cruz et al (2021).

Figura 1: Gráfico representando a idade dos(as) estudantes



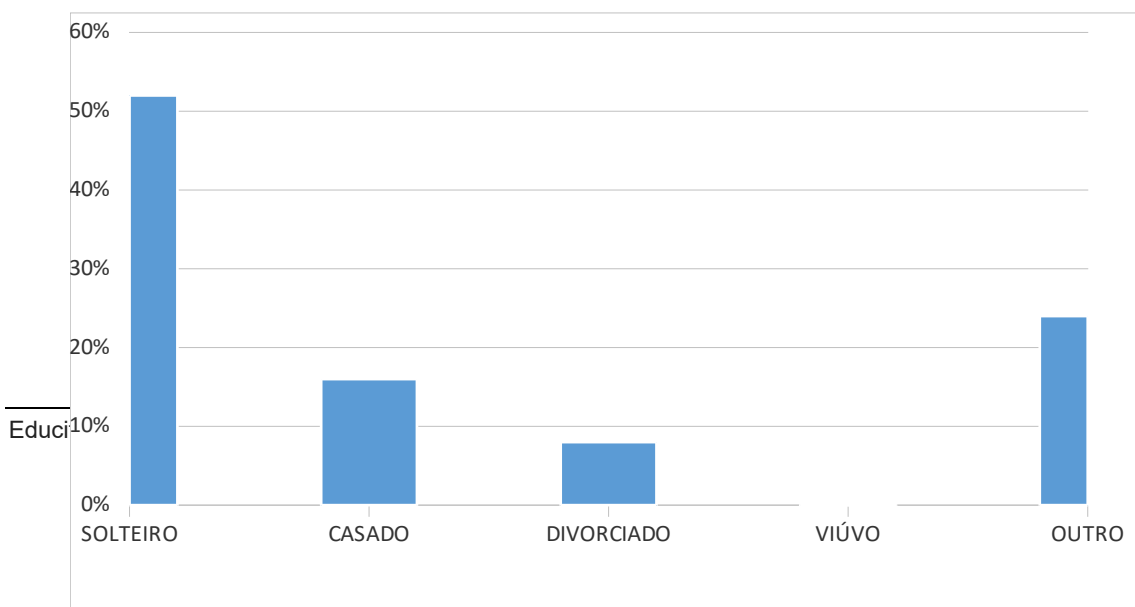


Fonte: acervo da pesquisa

Esta amostra confirma que a EJA é buscada majoritariamente pelo público que almeja ingressar no mercado de trabalho. Levando-se em consideração o que apontam os estudos, que o analfabetismo está diretamente associado à idade e que quanto mais velho o grupo populacional, maior a proporção de analfabetos (IBGE, 2019, p. 2), a EJA não vem resolver o problema do analfabetismo que se esperava quando criado, mas revelar ainda mais o desafio de continuidade nos estudos nas outras etapas, escancarando a problemática da evasão e abandono dos nos estudos ainda nos Ensinos Fundamental e Médio.

Em relação ao estado civil, observou-se que mais da metade é solteiro(a), corroborando também com os estudos de Cruz et al (2021) e sem filhos (Figura 2). Ou seja, a constituição de uma família não representa um dos motivos que mais agravou a situação de evasão dos(as) estudantes nesta amostra.

Figura 2: Gráfico representando o Estado Civil dos(as) estudantes

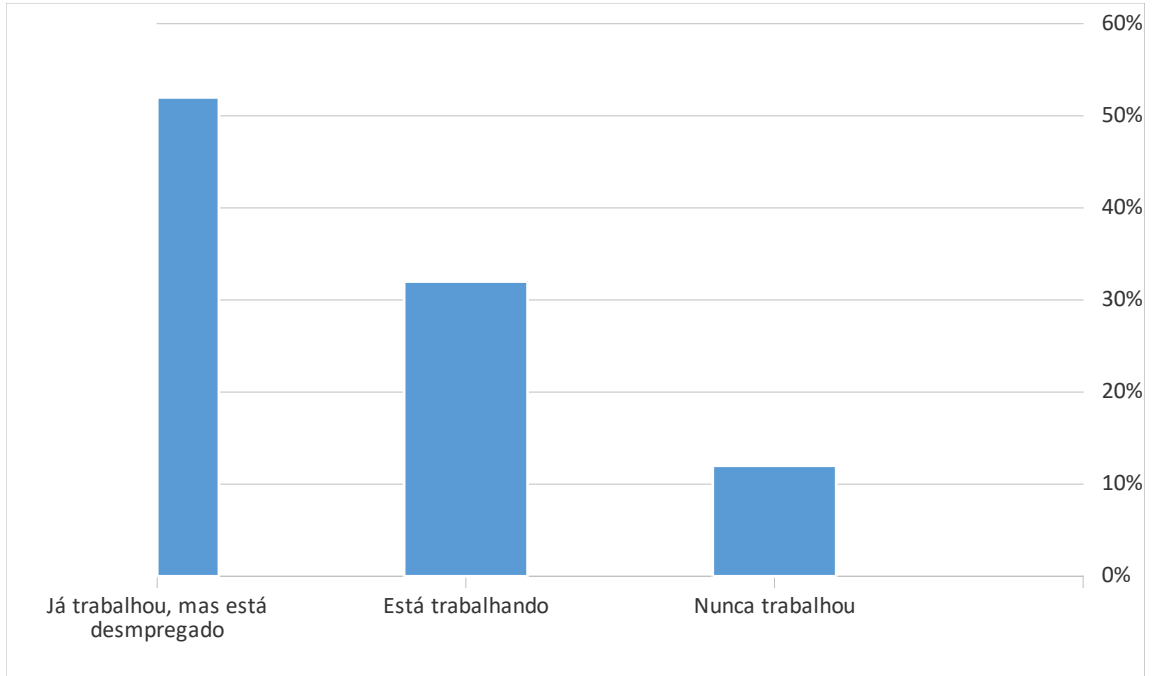




Fonte: acervo da pesquisa

Quanto a situação de trabalho, foi observado que a maioria dos estudantes trabalham ou já trabalharam, sendo que atualmente há um equilíbrio entre o trabalho e o desemprego na turma (Figura 3).

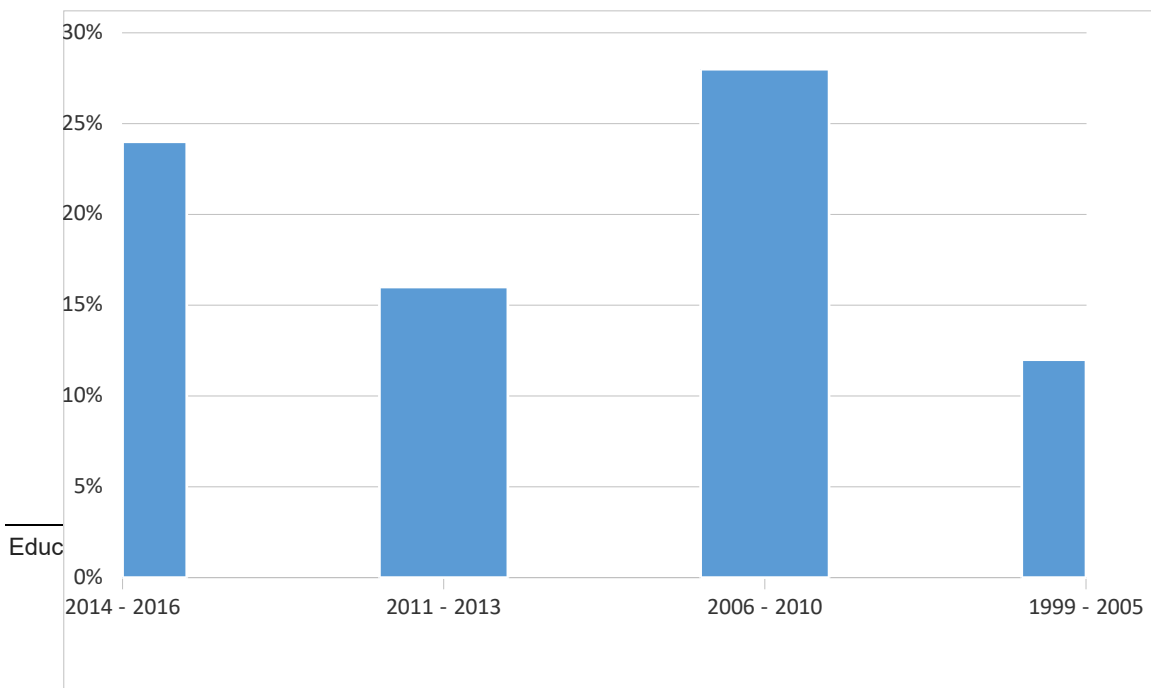
Figura 3: Gráfico representando a situação de trabalho dos(as) estudantes



Fonte: acervo da pesquisa.

Quanto à escolaridade, observou-se que há uma média de defasagem nos estudos de 3 a até 11 anos, período este em que os(as) estudantes passaram longe dos ambientes formais de ensino (Figura 4).

Figura 4: Gráfico representando o período que os(as) estudantes concluíram o ensino fundamental



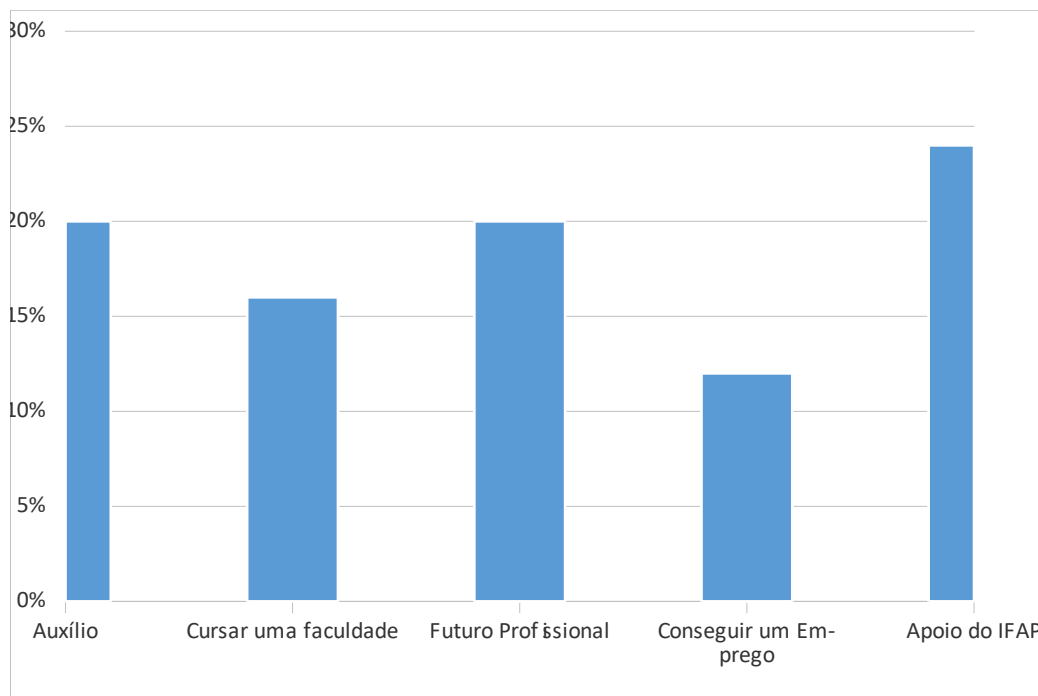


Fonte: acervo da pesquisa.

Esta foi uma das dificuldades apontadas pelos(as) estudantes: o intervalo dos anos de estudos até a retomada deles. O(a) estudante chega com uma defasagem educacional e não encontra um suporte, ou até mesmo um programa de nivelamento. Numa mesma sala de aula e com a mesma metodologia, o(a) professor(a) trabalha com o(a) estudante que está distante há 3 anos da sala de aula, com aquele afastado há 11 anos. Analisando-se os discursos dos(as) estudantes entrevistados estes(as) trazem este fator como um daqueles que afetam a continuidade nos estudos.

A pesquisa também apontou que mais da metade dos(as) estudantes já tinham iniciado o Ensino Médio em períodos anteriores a EJA porém, por diversos fatores (como retenção, gravidez, luto, saúde, necessidade de trabalhar, falta de interesse e/ou objetivo) interromperam os estudos. Quanto aos fatores que contribuem para a permanência estes também estão atrelados a empregabilidade e um futuro melhor. Cursar uma faculdade, o futuro profissional e a possibilidade de conseguir um emprego. Apenas 20% dos(as) estudantes relacionaram ao fato de receber um auxílio como fator que os fazem permanecer. Ou seja, não trazem a questão do auxílio como primeiro fator que contribui para a permanência (Figura 5).

Figura 5: Gráfico representando os fatores que contribuem para permanência



Fonte: acervo da pesquisa.

Contudo, quando perguntamos aos estudantes se o auxílio influencia para sua permanência no curso, mais da metade dos(as) estudantes responderam que sim e alguns enfatizaram, “bastante!”. Uma porcentagem de 32% elenca a dificuldade

financeira: transporte, desemprego, falta de material escolar, etc., como desafio para continuidade nos estudos.

Os fatores que os(as) fizeram retomar os estudos também é um indicador interessante. Dentre cursar uma Universidade, realização pessoal, compreensão do mundo e conseguir um emprego, 58% apontaram o fato de conseguir um emprego como necessidade imediata e posteriormente vem a realização pessoal, a compreensão do mundo, cursar a Universidade. A expectativa que o curso técnico trará a possibilidade de empregabilidade é muito forte. Em relação a importância que se dá aos estudos, todos(as) responderam que está relacionada ao futuro profissional. Percebe-se que há uma expectativa maior quanto a empregabilidade em relação a um EJA técnico profissionalizante, do que dos(as) estudantes do EJA comum.

Em relação à compreensão do que é assistência estudantil, 44% dos(as) estudantes relacionam a assistência estudantil com ajuda, apoio ou favor, descaracterizando-a do contexto de direito conquistado e vinculando-a mais uma vez a benesse do Estado. Esta relação fragiliza a Política de Assistência Estudantil, tornando-a cada vez mais programas pontuais, sem interferência de fato na permanência e desenvolvimento do(a) estudante. Não se reconhece que garantias como transporte, alimentação, saúde, esporte, pesquisa, extensão sejam dever do Estado garantir e não benesse do Estado.

A preocupação com os índices de permanência e evasão dos(as) estudantes torna-se evidente quando em 2014 o MEC publica os estudos sobre evasão e retenção na Rede EPCT através do Documento Orientador para Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica. O documento apresenta como uma das condições para superação da evasão o fortalecimento da assistência estudantil, com programas de monitoria e iniciação científica (BRASIL, 2014, p. 20).

## **Considerações Finais**

O público do PROEJA é um público peculiar e não podemos tratar os desafios e complexidades: idades diferentes, defasagem dos estudos, distância entre o tempo que concluiu o ensino fundamental, etc., como justificativas para evasão. Dizer que o público do PROEJA permanece apenas pelo fator auxílio estudantil, é subestimar estes sujeitos, é tratá-los não como sujeitos de direitos, mas como indivíduos que estão à mercê dos favores do Estado. Conhecer a realidade do público do PROEJA aproxima o(a) educador(a) de suas necessidades educacionais, tornando-o(a) mais apto(a) a preenchê-las.

Embora exista a expectativa de melhoria de vida através da educação por parte dos(as) estudantes, existem fatores que desafiam a permanência, levando-os(as), numa dimensão considerável, a evasão. Entre outros aspectos, sabe-se ainda que a ausência de uma Política de Educação que priorize um ensino de qualidade, a falta de investimento em educação, são fatores que terminam por desestimular parte



dos(as) estudantes. Os determinantes sociais do contexto do público do PROEJA devem ser considerados no desenvolvimento do aspecto educacional. A realidade social que a maioria está inserida, com carência de acesso às condições mínimas de existência, compromete os estudos colaborando para o aumento do índice de evasão escolar.

A assistência estudantil vem sendo construída através das lutas por parte dos(as) estudantes e dos(as) profissionais que lidam diretamente com ela. A concepção de assistência por parte dos(as) estudantes, é o que revela nosso estudo, e por parte de alguns profissionais é frágil e ligada ao assistencialismo. A assistência está muito mais ligada ao direito a ser garantido e não benesse ou favor do Estado, como é a máxima do assistencialismo. Este último está mais próximo dos valores da caridade e solidariedade. Desmistificar esta realidade e trazer a concepção de direito para o âmbito da assistência é um desafio que se apresenta também no âmbito da política de assistência estudantil.

No entanto, reconhecemos ainda a fragilidade destes programas, transformando-se em programas pontuais, a mercê dos governos que assumem o poder, apresentando-se muito mais como política de governo do que como verdadeira Política Pública de Estado. O que a torna cada vez mais distante da concepção de direito a ser garantido. Assim, este estudo revelou que os programas de assistência estudantil ainda são pontuais e insuficientes para se garantir a permanência e o êxito dos(as) estudantes na Instituição.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 5.840, de 13 de julho de 2006**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Planalto, 2006.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Brasília: Planalto, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília, 2014.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Educação 2019**. Rio de Janeiro, 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. **Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996**. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Planalto, 2013.

CAVALHEIRO, Josiela Silveira. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais gaúchos e o trabalho do assistente social: alcances, perspectivas e desafios**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Política Social. Pelotas: UCPEL, 2013.

CRUZ et al. **Sujeitos da EJA: realidade socioeconômica, particularidades e aspirações educacionais de uma turma de técnico em hospedagem no interior da Amazônia**. *In* Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.7, p.66045-66060, jul. 2021.

DEBIASIO, Flávia de Jesus Mendes. **Acesso, Permanência e Evasão nos Cursos do PROEJA em Instituições de Ensino de Curitiba – PR**. Dissertação de Mestrado em Tecnologia. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

GADOTTI, M. **Transformar o mundo**. São Paulo: FTD, 1989.

GIL, A. C. **Dados e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.



INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ. Conselho Superior. **Resolução nº 31, de 22 de março de 2019. Regulamentação da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Amapá.** Macapá, 2019.

KOWALSKI A. V. **Os (Des)Caminhos da Política de Assistência Estudantil e o Desafio na Garantia de Direitos.** Tese (Doutorado em Serviço Social). 179f. Porto Alegre, 2012.

MINAYO, M. C. S. et al. **Pesquisa Social: teoria, método e Criatividade.** 28ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

RAMOS, Marise. **Concepção do Ensino Médio Integrado.** Mossoró, 2007.

SILVEIRA, Mirian Moreira da. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras.** Dissertação de Mestrado em Política Social. Universidade Católica de Pelotas. Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais. Pelotas, 2012.

---

**Recebido:** 03/11/2021

**Aprovado:** 28/12/2021

**Como citar:** SANTOS, L. C. Análise do impacto da Política de Assistência Estudantil na permanência dos(as) estudantes do PROEJA no Instituto Federal do Amapá – Campus Santana. Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico, v. 8, e188622, 2022.

**Contribuição de autoria:**

Lília Campos dos Santos: Conceituação, investigação, metodologia, escrita (rascunho original) e escrita (revisão e edição).

**Editor responsável:** Iandra Maria Weirich da Silva Coelho

**Direito autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional

